

Processo nº 03576-2007-037-12-00-4 – Relatora Juíza Viviane Colucci - TRTSC/DOE de 19.06.2008

COMPETÊNCIA. SEGURANÇA. AGÊNCIAS BANCÁRIAS. Compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar as lides que envolvam as condições de segurança do ambiente de trabalho nas agências bancárias. E, no caso, a finalidade da ação civil pública é o cumprimento de obrigação de fazer, prevista em lei, referente a medidas de segurança no ambiente de trabalho nas agências e nos postos de atendimento.

Processo nº 01920-1997-035-12-85-8 – Juíza Mari Eleda Migliorini - DJ/SC de 12.06.2006, p. 265

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA REGULADOS pela Lei nº 7.102/1983. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública para obrigar a instituição financeira a implantar os sistemas de segurança regulados pela Lei nº 7.102/1983, pois se trata de interesse coletivo de natureza trabalhista, relativo à segurança, prevenção e meio ambiente do trabalho. **TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA OSTENSIVA.** O transporte de valores e a segurança ostensiva da instituição financeira é atribuição reservada aos vigilantes, assim entendidos aqueles descritos pelo art. 15 da Lei nº 7.102/1983 e previamente submetidos a curso de formação e treinamento. É vedada a execução dessas tarefas por empregado sem a respectiva especialização.